

**A PROPÓSITO DO CEARENSE:
SUGESTÕES EM TORNO DA SUA
ETNIA E DO SEU "ETHOS"**

Gilberto Freyre

Há vinte e três anos, no Teatro José de Alencar, de Fortaleza, proferi um conferência intitulada Precisa-se do Ceará. Publicou-a o jornal Unitário, daquela cidade, de 28 de agosto de 1944.

Eu me detivera na capital do Ceará apenas uma noite, prosseguindo viagem para Nova York. Perdi de vista, desde então, aquele trabalho. Nem sequer o vi publicado.

Dele me enviou recentemente cópia o antigo Governador do Estado do Ceará e ilustre homem público e, ao mesmo tempo, de estudo, Parsifal Barroso, sugerindo nova publicação de Precisa-se do Ceará. O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais publicará esse mais ensaio que conferência. O texto será mantido quase sem alteração: omitidas apenas palavras inteiramente circunstanciais e feito um ou outro pequeno acréscimo, simplesmente esclarecedor.

Permanecerá, assim, em Precisa-se do Ceará, um tom apologético com relação aos traços que considerei então, e considero hoje, positivos, do caráter cearense, sem desconhecimento, é claro, de traços antes negativos que positivos do mesmo ethos. No momento e nas circunstâncias em que foi proferida a conferência, cercado o conferencista de jovens cearenses ávidos, como ele próprio, do mundo ou do Brasil que supunham ir resultar e, até certo ponto, resultaria, da II Grande Guerra, pareceu-lhe que era do seu dever destacar aqueles traços positivos, dada a conveniência de serem eles avigorados, avivados e adaptados a novas situações brasileiras. O Brasil a reorgani-

zar-se precisava de inspirar-se em sugestões de ânimo cooperativo ou de espírito de atividade solidária que as tradições cearenses de “mutirão” ou “adjunto” traziam até nós, brasileiros dos meados do século XX: brasileiros já demasiadamente inclinados, em vários setores de atividade nacional, a formas exageradamente cruas de competição, quer interpessoal, quer intergrupar. Principalmente em atividades econômicas de um desordenado começo, ostensivo em São Paulo e já visível noutras áreas, de industrialização, de urbanização e de secularização.

Seria mesmo, então, e será hoje, o Ceará — a gente mais castiçamente cearense — exemplo, para o Brasil, de tradição de ânimo cooperativo apontado em Precisa-se do Ceará? Ou terá havido, na sugestão, um tal excesso apologético que a invalida como sugestão soviológica?

Reconhecido o tom apologético da conferência de 1944, não me parece que ele invalide o que na sugestão, para o Brasil, daquele exemplo cearense, pretendeu o conferencista destacar em 1944. A sugestão continua, penso eu, em sua essência, válida: vinda de uma inegável tradição, porventura mais viva entre a gente cearense do que entre outras, do Brasil.

O que, entretanto, me sinto obrigado atualmente a observar — e daí nova conferência minha sobre o assunto, esta intitulada O Ceará de que se precisa e proferida no referido Instituto Joaquim Nabuco, que também a publicará — é que, de 1944 para cá, iniciada em 1945 nova fase na vida brasileira, em particular, e na internacional, em geral, a gente cearense, em vez de ter desenvolvido aquela tradição de ânimo cooperativo, vem, ela própria, se exagerando, tanto quanto outras, do país, e tanto em sua economia como em sua política, numa evidente predominância de ânimo competitivo sobre o cooperativo.

Terá, então, desaparecido, no Ceará, aquela reserva de tradição de ânimo cooperativo, que o “mutirão” ou o “adjunto” vinha mantendo porventura mais viva entre cearenses do que entre outros brasileiros? Não se poderá concluir simplesmente que sim. Recentes observações pessoais da situação cearense por um psicólogo social da argúcia e do saber do Professor Syl-

vio Rabello indicam não ser o assunto dos que se prestam a explicações simples e imediatas. Parece haver, ainda hoje, como havia há vinte anos, um cearense castiço em quem o ânimo cooperativo é traço potencialmente positivo, prestando-se a ser atualizado ou modernizado, em proveito do Ceará e do Brasil, e novas oportunidades de expressão, de sentido antes cooperativo do que competitivo, lhe forem oferecidas.

Teríamos, assim, de admitir que, nesse setor, se o Brasil continua a precisar do Ceará — ou do cearense castiço — o Ceará de agora precisa pungentemente do Brasil: de um Brasil que lhe aproveite, lhe atualize e lhe reoriente o que há de construtivo em seu, atualmente, quase encoberto mas, de modo algum, extinto, ânimo cooperativo. Inclusive com relação aos demais Estados do Nordeste, evidente como é que o mesmo Nordeste, para superar sua condição de inferioridade com relação ao Centro-Sul do país, precisa de ser, não uma região dentro da qual os Estados se extremem em competições políticas e econômicas, uns com os outros, mas uma região que desenvolva e afirme a força do seu conjunto, através da maior cooperação inter-regional de que for capaz. Através de um como “mutirão” ou “adjunto” inter-regional.

O Ceará é, no momento que o Brasil atravessa, o Estado do Nordeste de mais saliente atuação e de mais larga participação na vida nacional. Cearense, o Presidente da República consagrada pelo movimento de 31 de março de 1964. Cearense, o seu segundo Ministro das Relações Exteriores. Cearense, o seu Ministro da Viação. Cearense, por algum tempo o Superintendente do Desenvolvimento do Nordeste, depois Ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco. Cearense o diretor do Banco do Desenvolvimento do Nordeste, cuja sede é Fortaleza. Cearense, o Arcebispo do Recife e Olinda: espécie de arcebispo primaz de toda uma região. E o primado cearense, pelo menos com relação ao Nordeste, continua: cearense é o Ministro de Minas e Energias do Governo Costa e Silva. Cearense é o Secretário de Segurança de Pernambuco. Dois cearenses foram convocados para o Conselho Federal de Cultura, enquanto Pernambuco, o Maranhão, Alagoas, Paraíba, o Rio Grande do Norte têm um representante, cada Estado, no mesmo Conselho, do qual se acha de todo ausente o Estado do Piauí.

Estará o Ceará, correspondendo a todo esse apelo dos atuais dirigentes da nação brasileira à sua competência, à sua energia, ao seu vigor, e desempenhando com ânimo cooperativo as suas funções de importância nacional, em vez de estar se utilizando delas, ou de algumas delas, com espírito mais competitivo do que cooperativo? Ou com aquele afã de, nessas funções, pensar e agir apenas cearensemente, estadualmente, seccionalmente, com sacrifício da região e, por vezes, do próprio país? Nesse caso seria justo dizer-se, agora, do Ceará que precisaria de regionalizar-se nas suas perspectivas, de abraçar-se nos seus programas de ação, de extremar-se no seu ânimo cooperativo, para ser o Ceará de que o Brasil precisa.

Pois o Ceará de que o Brasil precisa, como o São Paulo ou o Rio Grande do Sul, a Minas ou a Bahia, o Amazonas ou o Pernambuco, de que o Brasil também precisa, é um Ceará que seja especificamente provinciano no seu caráter sem tornar-se nunca um Estado que se desenvolva em competição balcânica com os demais Estados; ou procurando avantajá-lo aos demais Estados em termos de Estado imperial com relação a Estados coloniais; ou de Estado privilegiado com relação a Estados desvalidos. Foi o excesso — este último — a que se inclinaram, por algum tempo, uns tantos líderes paulistas, antes de adquirirem o sentido exato, hoje dominante, de ser São Paulo um Estado não só de que o Brasil precisa para seu desenvolvimento nacional como um Estado que precisa do Brasil para a plena realização do que nele é potencialidade econômica.

O Brasil continua a precisar do Ceará ou do cearense: do que nele subsiste como tradição de ânimo cooperativo susceptível de ser atualizado, modernizado, dinamizado. A época de capitalismo industrial, descontroladamente competitivo, passou. Indústrias, economias, nações e até grupos de nações afins se estão agora organizando com um espírito crescentemente cooperativo ou associativo. Através de vastos “mutirões” e de grandiosos “adjuntos” dos quais os cearenses não devem, de modo algum, perder a tradição ou o brio, para se extremarem, como indivíduos e como Estado, num arcaico individualismo furiosamente competitivo.

Ao cearense, talvez mais do que a qualquer outro subtipo, local regional, brasileiro, se atribuem características somáticas

que corresponderiam a outros tantos, psicológicos. Caracterizações antes folclóricas do que científicas em torno do brasileiro por excelência “cabeça chata”: assunto ainda por ser estudado com rigor científico. É o que pretende fazer na Divisão de Antropologia Tropical do Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco o antropólogo Froes da Fonseca, com a cooperação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Outro mestre da mesma Universidade, o neurologista Manoel Caetano, estudou já o “cabeça chata” do Nordeste — inclusive do Ceará — de ponto de vista restrito: aquele em que esse característico se apresenta sob aspecto patológico de interesse médico. Não é o caso do problema na sua amplitude antropológica: a que o estudo do Professor Froes da Fonseca deverá alcançar através da pesquisa sistemática por ele já esboçada.

O “cabeça chata” nordestino — particularmente cearense — parece corresponder à definição antropológica de subtipo local, segundo o qual essa individualização de subtipos resultaria, como relativa estabilização, de endogamia por isolamento, elementos de dois ou três tipos, assim isolados, cruzando-se durante o tempo necessário para produzir um subtipo mais ou menos específico. Na Europa, segundo Franz Boas, seria o caso do alemão oriental, diferenciado por esse meio dos demais alemães, do mesmo modo que o alemão do Reno se assemelharia ao francês, como subtipo local.

Mas não só a endogamia, em condição de isolamento, terá produzido, ou produziria, esses subtipos locais. Também a adaptação de tipos a ambientes físicos e culturais concorreria para estabilizá-los como que ecologicamente. O subtipo cearense, como subtipo local dentro da população brasileira, corresponderia também a uma ecologia específica de trópico antes árido do que úmido: a ecologia cearense.

Como salienta um dos mais lúcidos discípulos de Boas, o aliás marxista Bernard J. Stern, em seu ensaio sobre Boas que consta de livro póstumo — o publicado com o título *Historical Sociology* (N. Y. 1959) — “the characteristics of the environment have exerted significant influence upon bodily form and functions of man”. Stern pormenoriza: “This recognition of

environmental influences does not assume the inheritance of acquired characteristics for the modification of the bodily form of the individual can take place without any modification of the germ plasm”.

Aqui nos defrontamos com a obra antropológica de Franz Boas no seu aspecto mais revolucionário: aquele que teve seu ponto de partida no seu *Changes of Bodily Form of Descendants of Immigrants* (N. Y., 1912) e sua continuação em “The Head forms of Italians as Influenced by Heredity and Environment” (em colaboração com Helene M. Boas), *American Anthropologist*, XV, 1913 e “New Evidence in Regard to the Instability of Human Types”, *Proceedings of the National Academy of Sciences*, II, 1916. Estudos aos quais devem ser acrescentados os de outros antropólogos, voltados desde então para o assunto — constância e instabilidade de formas de cabeça e de corpo, conforme influências de ambiente e não apenas de hereditariedade, como, dentre outros, o de H. L. Shapiro, *Migration and Environment: a Study of the Physical Characteristics of the Japanese Immigrants to Hawaii and the Effects of Environment on their Descendants* (Londres 1939) e o de Davis Efron, *Gesture and Environment* (N. Y., 1941). Pois os característicos de gesto, que definem um subtipo antropológico, são significativos pelo que exprimem das inter-relações de influências de herança e de ambiente; e no caso de cearense, o gesto se junta à “cabeça chata”, para dar a esse subtipo local de brasileiro uma repercussão folclórica que não encontrou ainda estudioso científico que se aprofundasse na análise sistemática e minuciosa desses característicos ligando-as a possíveis predominâncias de hereditariedade ou de herança, tanto quanto a admissíveis e talvez evidentes influências de ambiente. Sobre as primeiras, dessas predominâncias, o historiador J. A. Gonsalves de Mello vem recolhendo informações que decerto permitirão ao antropólogo orientar-se com maior segurança sobre as origens étnicas extra-ameríndias da gente cearense.

Talvez, das pesquisas realizadas por Boas sobre relativas estabilizações de alterações nas formas de cabeça, as que mais se relacionem com o caso cearense sejam as realizadas entre habitantes de Porto Rico. Será interessantíssimo que se associem, no caso do cearense, a formas de cabeça e gestos

tidos como mais característicos desse subtipo local de brasileiro, diferentes predominâncias de diferentes **stocks** étnicos, sobre grupos da população cearense diversamente situados no território do Estado. Com relação aos extremos patológicos, no Nordeste, da chamada “cabeça chata”, parece constatada ser sua incidência maior entre brancos e mestiços de brancos e ameríndios e menos entre negros e mestiços em que predomine a etnia negro-africana.

Será que ocorrem as mesmas correlações étnicas ao subtipo antropológico normal? É ponto a ser estudado com o maior cuidado científico.

Como é preciso que se procure verificar, por meio de pesquisas cientificamente orientadas, até que ponto os descendentes, já em segunda e terceira geração, de cearenses, fixados na Amazônia, com tendência, em alguns casos, a constituírem ali subgrupos endogâmicos, e, noutros, a reforçarem seu cruzamento com ameríndios amazônicos e com outras etnias, vêm-se diferenciando, em formas de cabeça e em gesto, dos seus ancestrais. Teríamos confirmação, ou não, para a tese da variabilidade do tipo humano, isto é, das suas formas de cabeça e de corpo e dos seus gestos, conforme a superação da pura hereditariedade ou da herança — ou de formas e gestos adequados em ambiente anteriormente experimentado — por novo ambiente, de ecologia física e social bastante vigorosa para causar tal superação ou concorrer para ela.

Tem-se falado na “face triangular” do cearense, que se relacionaria com o chamado de cabeça, característica, segundo alguns, desse tipo local de brasileiro. Talvez esse triangular de face possa ser interpretado como expressão daquela morfologia facial em que, segundo Sigaud e Mac-Auliff, em trabalho que fez época, um polígono facial reproduziria mais ou menos a forma geral do tronco e dos membros do indivíduo. Haveria, segundo essa teoria, aparentes relações das disposições do tipo facial em harmonia com a disposição geral do tipo morfológico constitucional do indivíduo.

Há, entretanto, dúvidas, entre os antropólogos, quanto a essa relação ou a essa harmonia, que importaria até em correspondência entre o desenvolvimento do crânio em largura e

o desenvolvimento do tronco também em largura. Problema muito debatido, quando suscitado por cientistas de prestígio, não se pode dizer que a teoria tenha entrado já para o rol das teorias antropológicas mortas. Mendes Correia recordou, num dos seus últimos trabalhos sobre antropologia ultramarina — incluído em recente livro, publicado em Lisboa em 1962, a que foi dado o título de *Antropologia Tropical*, e que, aos trabalhos daquele sábio, juntou outros, de A. Athayde e de M. E. de Castro e Almeida — terem antropólogos portugueses participado daquela discussão. Para ele, Mendes Correia, haveria, em numerosos casos — numa “grande maioria”, mesmo — ligação entre a disposição do polígono facial e o conjunto; mas sem que a essa ligação se devesse atribuir “regularidade absoluta”. Conclusão a que chegou após estudos e pesquisas, em Portugal, para uma classificação de tipos morfológicos segundo esse método de morfologia antes médica do que antropológica. Pesquisa semelhante é pena não ter sido realizada no Brasil, em geral, e em particular, no Ceará, com um objetivo, senão antropológico geral, médico-antropológico, visando identificar predisposições mórbidas reguladas por desenvolvimento transversal maior ou menor da face em correspondência com o tronco.

O problema liga-se ao da distribuição de tipos constitucionais entre diferentes grupos, quer étnicos, quer simplesmente, de populações. E essa distribuição não se verificaria independentemente de ecologias em que a maior ou a menor exposição humana ao sol resultasse em diferentes atividades das várias glândulas de secreção interna, os habitantes de espaços predominantemente abertos — o caso da gente cearense — sofrendo uma incidência de raios violetas, transformadores, segundo os nutrólogos, de certas vitaminas, daí resultando fixações de cálcio essenciais ao desenvolvimento esquelético ósseo. O tipo constitucional do cearense parece representar, neste particular, a conseqüência de uma situação de vantagem, da sua parte, com relação a brasileiros habitantes de espaços menos abertos ao sol (matas, florestas). Mas não se veja nesta sugestão senão mera e precária sugestão. Sabem os antropólogos que, nesse setor, as contradições são muitas; e ainda poucas as pesquisas que nos permitem superá-las.

Pesquisas antropométricas, que se fizessem em torno do assunto, não seriam senão auxiliares das mais sutilmente antropológicas — na verdade, já psicológicas — que nos viessem esclarecer traços da personalidade do cearense, através de constantes do seu comportamento susceptíveis de ser captadas através de pesquisas desse tipo. Pesquisas que, aliás, seria desejável que fossem realizadas no Brasil, tendo por sujeitos-objetos os vários subtipos locais de um tipo nacional que, se existe, como tipo psicológico ou sociológico ou antropológico, é constituído por esses vários subtipos. Nenhum, entretanto, desses subtipos, mais merecedor de estudo sistemático do que o cearense, cuja repercussão folclórica — repita-se — é considerável; e cuja projeção sobre a própria literatura já é significativa.

Aliás, são pesquisas, as aqui sugeridas, que devem ser empreendidas, pensando-se na complementação de umas por outras: das antropológicas pelas psicológicas e das psicológicas, pelas sociológicas. Só através dessa inter-relação de estudos será possível chegar-se a visões de conjunto que nos apresentem esses vários subtipos na totalidade dos traços de cada um — traços característicos ligados às funções que mais vêm desempenhando dentro do complexo nacional brasileiro; ou que possam ser consideradas mais úteis e necessárias ao desenvolvimento nacional.

“Representa o cearense uma exceção no país, isto é, tem características diferentes dos demais filhos do Norte e do Sul”, escreveu, em 1900, na Revista Acadêmica Cearense, Antônio Bezerra de Menezes, suas palavras vindo transcritas pelo Professor Abelardo Montenegro à página 116 do seu O Romance Cearense (Fortaleza, 1953). O Professor Abelardo Montenegro baseia-se na suposição da singularidade cearense, dentro do complexo nacional brasileiro, para desenvolver a tese de que o romance da “terra dos cabeças chatas não pode, portanto, deixar de apresentar caráter regionalista”, sua expressão “regionalista”, devendo ser tomada como significando “cearense”. Pois ele próprio caracteriza o romance que exprime a personalidade ou o drama do “cabeça chata” como romance que fixa “os atributos naturais do Ceará: a vivaci-

dade do temperamento do seu homem, o tropicalismo do seu clima e o sabor sertanejo dos seus costumes”.

O “binômio personagem-cenário” estaria presente nesse romance, também assinalado pela “paisagem nativa”, pelo “homem cearense”, pela linguagem regional e pelo tema também regional cearense, mesmo quando o personagem cearense se movimenta em cenários não-cearenses, como o Amazonas ou São Paulo, centros de emigração cearense. Haveria um pan-cearensismo, portanto, concordando o historiador Abelardo Montenegro com sugestão por mim feita há anos, no livro Sociologia, de, através do estudo de personalidades fixadas em romances, ser possível ao psicólogo ou ao sociólogo completar o estudo de relações de certos tipos de personalidade com seus meios, até se identificarem, nessas relações, as mais harmônicas em contraste com as mais desarmônicas. Chegar-se-ia, assim, ao conhecimento de personalidades mais representativas dos meios em que vivem.

No caso dos cearenses, os mais cearenses em contraste com os menos cearenses; ou mesmo, os cearenses desgarrados entre cearenses como talvez tenham sido Adolfo Caminha, autor de A Normalista, e mesmo Antônio Sales e o próprio Farias Brito. Pois nesses intelectuais parece ter havido um intelectualismo analítico e até crítico, além de uma falta de entusiasmo pelas exterioridades pitorescas, pelos coloridos folclóricos e pelos acontecimentos ostensivamente dramáticos, pouco ou quase nada cearenses. O cearense típico parece ser antes rasgadamente extrovertido do que introvertido, ao mesmo tempo que sensível às exterioridades, aos aspectos dramáticos da vida e das paisagens e à confraternização com os vizinhos: sobretudo em períodos críticos.

Donde não haver inteiro despropósito, da parte dos que o têm comparada com o mujique — note-se bem: com o mujique russo. Sabe-se, com efeito, ter Vicente Licínio Cardoso, em seu Vultos e Idéias, notado semelhança entre o mujique russo, sob a ação de invernos rigorosíssimos, e o sertanejo nordestino, vítima do extremo oposto: terríveis verões por vezes aguçados em secas devastadoras. Ao referir-se ao sertanejo nordestino, Cardoso deve ter pensado principalmente no cearense: de to-

dos esses sertanejos, o mais associado aos rigores das secas. Aquele sobre cujo ethos e sobre cuja socialidade, as secas têm exercido maior influência. Inclusive, levando-o à solidariedade rural, quando esta se tem mostrado possível, em períodos menos agudamente críticos; e de modo semelhante — semelhança assinalada por Fernando de Azevedo — ao regimen do mir, do qual o sociólogo de A Cultura Brasileira aproxima o mutirão. Como quem diz mutirão ou adjunto, diz instituição brasileira desenvolvida principalmente entre cearenses — embora, há anos, em declínio entre eles — também neste ponto seria possível comparar-se o sertanejo cearense com o mujique russo. O mir era, com efeito, um como mutirão: um como mutirão tradicional russo.

Interpretando, ou procurando interpretar, o ethos cearense através de romances cearenses, o Professor Abelardo Montenegro admite tais semelhanças — de cearenses com russos — para destacar que tanto no romance que possa ser considerado tipicamente cearense como no caracteristicamente russo aparecem sempre personagens marcados por cicatrizes de “lutas cearensíssimas ou russíssimas com o clima — a seca ou o inverno”, havendo, num como noutro romance, no cearense e no russo — é claro que susceptíveis de confronto, tão somente sociológico — a freqüente presença do misticismo. A propósito do que recorda ter o jornalista Xavier de Carvalho, em correspondência para o Diário Popular, de São Paulo, reproduzido em A República (Ceará) de 15 de outubro de 1897, referido haver outro jornalista visitado, naqueles dias, Tolstoi — o grande — e perguntado ao autor de Guerra e Paz o que sabia do Brasil. O escritor russo, em resposta, teria se mostrado conhecedor da figura — que de fato chegara a ter repercussão européia — de Antônio Conselheiro; e observado dela que tinha pontos de contato com os chamados “santos varões” então, de modo algum, incomuns entre russos.

Como incomuns entre os russos não eram, então, os nativistas antieuropeus: outro ponto em que é possível aproximar-se o ethos tradicional cearense — há anos em dissolução — do ethos russo que a ditadura dita socialista vem, ora contrariando, ora tolerando e até estimulando, na gente das Rússias. O cearense tem sido, talvez, no Brasil, o brasileiro mais antieuro-

peu: traço, nele, que se vem apagando nos últimos decênios. Nenhum foi mais sistematicamente antiportuguês, ao seu antilusismo tendo correspondido seu caboclisto quase místico que, se teve excessos até ridículos, contribuiu, entretanto, através, principalmente de José de Alencar, para dar à língua portuguesa escrita por brasileiros, independência das regras e das convenções estabelecidas pelos portugueses para Portugal. Quando Alencar escreveu que “o filho dos trópicos deve escrever numa linguagem sua própria, deve ser indianista por índole e mesmo por birra”, comunicou ao Brasil um caboclisto de sabor agrestemente cearense de que a literatura brasileira precisava — e precisa — para afirmar-se através de uma forma também brasileira, tropicalizada, do escritor — principalmente o romancista, o contista, o cronista — escrever, no Brasil, a língua comum ao nosso país e a Portugal.

É claro — pode-se hoje dizer — que tal afã não necessitaria de extremar-se num movimento sectariamente nativista a favor de uma língua brasileira, de todo diferenciada da portuguesa. Sabemos hoje que uma das características de vigor atual da cultura brasileira está no fato de poder sua literatura, quase tanto quanto sua música, comunicar-se a Portugal, às Aféricas portuguesas, ao Oriente português, através de uma língua comum, crescentemente tropicalizada. Daí escritores cearenses como o próprio José de Alencar, como Domingos Olímpio, como Gustavo Barroso, como Rachel de Queiroz, terem leitores e admiradores entre portugueses da Europa e entre lusotropicalistas do Oriente e da África. Isto a despeito de ilustre cearense de hoje gabar-se de ter passado vinte e cinco vezes por Lisboa, sem ter deixado o aeroporto para um contacto, mesmo rápido, com a cidade.

Algumas interrogações se impõem em torno de um cearense do qual o Brasil evidentemente continua a precisar, à base do que tem sido a sua ação dinamizante e abrasileirante em outros Estados que não o seu. Melhoradas, porém, as condições de vida e aumentadas as oportunidades de êxito, no próprio Ceará, continuará o cearense a emigrar e a difundir seus traços por esses outros Estados? Continuará a haver um cearense nômade, “cigano”, “judeu”, ou tais características tidas por alguns observadores como fixas, vêm sendo condicio-

nadas, nesse brasileiro notavelmente andejo, pelas precárias condições de vida e pelas dificuldades de êxito que se vêm levantando periodicamente e até permanentemente contra êle — contra número considerável de cearense — no seu Estado ou na sua Província? Virão essas condições e essas dificuldades condicionando a presença de cearense nas Forças Armadas do país ou haverá uma vocação militar da parte do cearense, mais permanentemente psicológica que circunstancial?

Dos cearenses, figuras históricas de quem o Brasil inteiro, e não apenas o Ceará, se tem beneficiado, quais que devem ser considerados não só mais caracteristicamente cearenses e como do tipo de que o Brasil continua a precisar mais? Ibiapina? Dona Bárbara de Alencar? Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar”? Rodolfo Teófilo? Gustavo Barroso?

Conclua-se: certo, como é, que o Ceará vem sendo o Estado do Nordeste mais favorecido pelo governo central, nos últimos anos, inclusive através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, não estará se modificando o comportamento do cearense e com essas modificações de comportamento, não estará — repita-se — se alterando o seu ethos ou a sua personalidade e, com essa alteração, acentuando-se nele, cearense, a tendência para empolgar cargos políticos e lideranças econômicas de importância nacional, com proveito particular mais para o seu Estado que para a região Nordeste? Não estará, mais do que noutros nordestinos, se avivando no cearense um ânimo estadualista que não se concilia de todo com o desenvolvimento nacional brasileiro, como desenvolvimento inter-regional?

Não se imagina mais migrações de cearenses para a Amazônia como as que se sucederam às secas de 1877, de 1888 e de 1900: migrações tão fortes que se justifica a generalização de ter sido “o braço cearense que povoou o Amazonas e cearense o movimento de que resultou o Acre”. Com o que vem ganhando ultimamente para si, com melhoramentos favorecidos, dentro do Ceará, pelo Governo Central, o Ceará, verifica-se este paradoxo: perde o Brasil que, vasto como é, continua a precisar de pioneiros com a fibra cearense para o

povoamento e a autocolonização de áreas importantes do território nacional.

É possível que, por tradição mais do que constante psicológica, o cearense, embora não mais em grande número, se faça presente nesses empreendimentos de importância nacional: sem proveito direto para o Ceará. A força psicológica da tradição é, neste particular, considerável, por ela em parte se explicando que o irlandês Católico, mesmo como novas e melhores condições de vida na Irlanda, desde a independência, continue animado do espírito de aventura americana; do desejo de emigrar para a América. É possível que, dos cearenses, vários continuem a ser atraídos por outros espaços brasileiros que não o cearense para, nesses espaços virgens ou quase virgens de moderna ação brasileira, afirmarem a capacidade cearense para esforços pioneiros. Esforços pioneiros de que o Brasil precisa nesses espaços. E precisando desses esforços precisa de cearenses com o ânimo pioneiro. Deles ou de substitutos deles que podem vir a ser brasileiros de Estado relativamente populoso, agora menos favorecidos nas suas necessidades de desenvolvimento que o Ceará.

A sugestão sociológica em torno do assunto coincide com a antropológica: não nos sentimos autorizados, sociólogos e antropólogos, a sustentar haver tipos ou subtipos antropológicos que possam ser considerados absolutamente fixos em seus característicos físicos ou psicológicos. Esses característicos são susceptíveis de ser alterados pela ação, sobre a hereditariedade ou sobre a herança, quer de ambientes, quer de circunstâncias modificadoras desses ambientes.

O subtipo cearense não parece ser a exceção fixa, imaginada por alguns observadores do que consideram, em termos absolutos, uma relativa singularidade — vá o paradoxo. Idéia que seria válida, também, para o gaúcho como para o baiano ou o pernambucano ou o mineiro.

A presença do cearense vem sendo decerto notável na vida, na cultura, na economia brasileiras; e o Brasil vem-se beneficiando grandemente desse subtipo de brasileiro, sem dúvida alguma valioso para definição ou a consolidação de um tipo

nacional. O Brasil vem precisando dele e continuará a precisar dele enquanto durar no país um processo de autocolonização.

Sucedem porém que o subtipo conhecido como cearense vem-se alterando e tende a alterar-se à medida que se modificam condições de vida e de êxito no Ceará: dentro do Ceará. Tendo assim a alterar-se a relação desse subtipo com o todo nacional. É possível, assim, que o Brasil, necessitado ainda, em dimensão nacional, da ação desse subtipo, tenha de agora em diante que suprir-se dela, não tanto no Ceará histórico, em rápida transformação, como noutros Cearás sociológicos que venham a substituir o histórico. Isto sem se excluir a possibilidade — repita-se — de, por tradição como que dinâmica, cearense da melhor fibra pioneira continuarem a serviço não só do Ceará como do Brasil: da autocolonização do Brasil que é um processo inacabado.